

POLÍTICA

politica@jj.com.br

PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

Homenagem

A paratletista Adrielle Silva, de Jundiá, foi homenageada nesta terça (13) pelo vereador Fauaz Taha (PSDB) e demais colegas. Ela foi a primeira biamputada do mundo a participar do Ironman do Havaí, na ilha de Kona, em maio. Adrielle treina no Peama e não completou a prova havaiana, que exige dos inscritos nadarem 3,8 km, pedalarem 180 km e correrem 42,1 km.

Socorro

No início da sessão desta terça (13), o vereador Josinaldo Francisco Lira, o Imão da Lojinha (PMDB), foi oficialmente anunciado como substituto do parlamentar Márcio Cabeleireiro. Ele teve o direito à palavra, agradeceu a Deus e aos eleitores de vários bairros que votaram nele e revelou que estava pedindo socorro pelo povo de Jundiá. "Pela saúde e pelo esporte da cidade, Socooooo. Vou pedir melhorias para a saúde ao prefeito."

Economia

Levantamento da Unidade de Administração e Gestão de Pessoas (UGAP) de Jundiá informa que uma revisão dos contratos assinados pela prefeitura, adotada logo no início do ano, vai gerar uma economia de R\$ 12 milhões aos cofres públicos em 2017. O governo municipal reforça que tal redução de despesa está em linha com o compromisso de gestão financeira responsável.

Contratos

O gestor da UGAP, Clóvis Galvão, explicou que a economia será possível graças à publicação do decreto 26.795/2017, em dia 31 de janeiro, que prevê a revisão de todos os contratos com valores totais acima de R\$ 80 mil, a fim de avaliar a necessidade de manutenção e as condições atualmente ajustadas dos termos. "Desde então, foram renegociados cerca de 250 contratos, entre serviços, bens e locações", destacou Galvão.

Itupeva

Uma sessão extraordinária na Câmara de Itupeva será realizada na próxima semana para votar o abono salarial dos servidores municipais. A notícia foi dada pelo presidente do Legislativo, Eri Campos, em reunião ocorrida nesta terça (13) com os representantes do sindicato da categoria, Carlos Magno e Antônio de Oliveira. "Estamos dispostos a agilizar o processo para que o abono já venha neste pagamento para os servidores", disse Campos.

Reconhecimento

Mais um grupo de servidores que se aposentaram recentemente da Prefeitura de Jundiá recebeu uma placa em reconhecimento aos serviços prestados ao município em uma cerimônia no Auditório do Paço Municipal, na tarde desta terça-feira (13). As 23 menções honrosas foram entregues pelo prefeito Luiz Fernando Machado e pela diretora-presidente do Instituto de Previdência do Município de Jundiá (Iprejun), Fabiane Palmerini.

SESSÃO ORDINÁRIA

Emoção dos parlamentares e críticas ao Ministério da Saúde pelo não credenciamento da unidade marcaram a pauta

Moção de urgência mobiliza vereadores em favor do Grendacc

PAULO BEHR FERRO
pferro@jj.com.br

Os 19 vereadores de Jundiá se uniram em torno da causa do Grupo em Defesa da Criança com Câncer (Grendacc), na sessão da Câmara desta terça-feira (13), a 19ª da 17ª Legislatura. A entidade fundada em 1995 corre o risco de ter o serviço de internação e o centro cirúrgico fechados, já que o Ministério da Saúde não concedeu credenciamento para que o Hospital da Criança do Grendacc receba repasse de verbas. Rapidamente foi feita uma moção de apelo - a 47/2017 - assinada e aprovada por 18 parlamentares. O documento será encaminhado ao Ministério com urgência.

O presidente da Câmara, Gustavo Martinelli (PSDB), que também apoiou a moção, viu dezenas de funcionários, pacientes e seus parentes na plateia do Legislativo e disse que o que se poderia fazer naquele momento era a moção de urgência apelando para o desbarato da burocracia, para que o Grendacc possa funcionar plenamente.

A presidente da entidade, Verci Andréo Bútaló, e o gestor de qualidade, Daniel Thomé Catalan, foram ao púlpito e falaram da polêmica do credenciamento. "Se-



PRESIDENTE Verci Andréo Bútaló, do Grendacc, também esteve na Câmara para pedir apoio dos vereadores em relação à entidade

guimos todos os passos pedidos pelo ministério e encerramos as reformas de acordo com o que determina a lei. Queremos apoio, na verdade, para tratar as crianças que estão na parte de cima deste plenário", conta Catalan.

O vereador Antônio Carlos Albino (PSB) fez duras críticas ao governo federal, responsável

pela portaria 895/2017, que mudou os critérios de credenciamento e gerou a polêmica envolvendo o Grendacc. "Vejo uma má fé tremenda para com a entidade e com Jundiá".

Já o parlamentar Arnaldo da Farmácia (PDT) ressaltou que o deputado estadual Júnior Aprillanti (PSB) destinou R\$ 100 mil para o Grendacc por meio de

emenda parlamentar. Como esse processo leva um tempo para se concretizar e sabendo das dificuldades, Aprillanti cobrou o governo do Estado de São Paulo para liberar essa verba urgentemente. Nesta terça-feira (13), a Casa Civil do Estado informou o deputado que a emenda será liberada e a assinatura será no dia 22, no Palácio dos Ban-

deirantes, na Capital.

Várzea Paulista

Assim como os vereadores de Jundiá, os parlamentares de Várzea Paulista também aprovaram, na sessão ordinária de ontem (13), uma moção de apelo ao Ministério da Saúde em que pedem o credenciamento do Grendacc como UTE. A moção 16/2017 foi aprovada com 10 votos favoráveis.

Pauta do dia

Além da moção do Grendacc, os vereadores jundiaenses incluíram outra na pauta do dia. É a 46/2017, também aprovada, que pede ao governo de São Paulo a reforma da Marginal do Rio Jundiá.

Os parlamentares ainda aprovaram, em primeiro turno, a proposta de emenda à Lei Orgânica 131/2017, vinda do Executivo, que redenomina a Taxa de Turismo para Contribuição Facultativa de Turismo.

Houve também a derrubada do veto 21/2017, do prefeito Luiz Fernando Machado, ao projeto de lei 12.081 (do vereador petebista Marcelo Gastaldo), que buscava disciplinar o serviço de táxi para prever reserva de vagas para pessoas com necessidades especiais ou mobilidade reduzida.

LAVA JATO

Moro condena Cabral a 14 anos e 2 meses de prisão na Lava Jato

O juiz Sergio Moro condenou o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) a 14 anos e dois meses de prisão por corrupção passiva e lavagem de dinheiro, além de pagamento de multa de cerca de R\$ 600 mil. É a primeira condenação do ex-governador na Lava Jato, que ainda é réu em outras nove ações no âmbito da operação.

Também foram condenados o ex-secretário de Governo de Cabral Wilson Carlos, que cumprirá dez anos e oito meses de prisão, e o operador Carlos Emanuel Miranda, com pena de 12 anos de prisão.

A mulher de Cabral, Adriana Ancelmo, e a mulher de Wilson Carlos, Mônica Carvalho, foram absolvidas. Preso desde novembro de 2016, o político é acusado de ter recebido R\$ 2,7 milhões em dinheiro pelo contrato de terraplenagem do Comperj, obra da Petrobras.

O pagamento foi solicitado pelo próprio governador, numa reunião no Palácio da Guanabara, em 2008, segundo a denúncia. O valor corresponde a 1% do total que a Andrade Gutierrez recebeu pela obra. Ex-executivos da empreiteira viraram delatores e deram detalhes sobre o caso.

Segundo o Ministério Público, os valores foram usados na compra de artigos de alto valor, como roupas de grife, móveis de luxo e blindagem de automóveis. O dinheiro pagou até vestidos de festa da ex-primeira-dama. Acusações de lavagem por meio da compra de joias são abordadas em outras ações penais.

Na decisão, Moro afirmou que o recebimento de propina sistemático por Cabral é um



EX-GOVERNADOR Sérgio Cabral foi condenado por corrupção e lavagem de dinheiro

dos fatores que causaram a crise do Rio de Janeiro, em "situação quase falimentar, com sofrimento da população e dos servidores públicos".

Ele afirmou que os crimes do ex-governador estão em um "contexto mais amplo", de corrupção sistêmica de propina "em toda obra pública no Estado". Para o juiz, o peemedebista, que governou o Rio de 2007 a 2014, era o líder do esquema, tinha "ganância desmedida" e traiu a confiança de quem votou nele. "Não pode haver ofensa mais grave", escreveu Moro.

Essa era a única ação penal contra Cabral sob a responsabilidade de Moro. A investigação sobre o peemedebista deu origem a um braço próprio da Lava Jato no Rio, que tem processos presididos pelo juiz federal Marcelo Bretas. Essa frente da Lava Jato resultou, desde 2016, na prisão do empresário Eike Batista, de conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio e de doleiros. Além da prisão e da multa, Moro também determinou o confisco de bens

no valor de R\$ 6,7 milhões, que equivalem aos R\$ 2,7 milhões recebidos em propina corrigida pela inflação (IGP-M) desde outubro de 2008.

Sobras

Em depoimento, Cabral afirmou que o dinheiro usado tratava-se de "sobras de caixa 2 de campanha". Moro, contudo, rejeitou a possibilidade de aceitar a tese. "O alibi é inaceitável. Não é viável admitir alibi de que as aquisições foram feitas com recursos próprios ou com sobras de campanha com base somente na palavra do acusado Sérgio de Oliveira Cabral Santos Filho, quando ausente qualquer outra mínima prova, e máxime quando o acusado ou sua Defesa sequer prestam qualquer informação específica sobre origem desses valores, como por exemplo das afirmadas 'sobras de campanha'. Quem teria doado valores que teriam sobrado? Quando isso aconteceu e em qual montante? Nada disso foi esclarecido pelo acusado", afirma Moro. (Folhapress)

NO STF

Prisão de Aécio será votada no dia 20

O ministro Marco Aurélio Mello, do STF (Supremo Tribunal Federal), informou nesta terça-feira (13) que levará o pedido de prisão contra o senador Aécio Neves (PSDB-MG) para julgamento na Primeira Turma da Corte na próxima terça-feira (20). As informações são da Agência Brasil.

A prisão foi inicialmente negada pelo relator anterior do caso, ministro Edson Fachin, que decidiu somente afastar Aécio das atividades de senador. A Procuradoria-Geral da República entrou com um agravo contra a decisão, ao mesmo tempo em que a defesa do tucano inter-

pôs um agravo para garantir a liberdade dele. Ambos os pedidos serão levados à votação na Primeira Turma no mesmo dia, disse o ministro Marco Aurélio, que foi sorteado o novo relator do caso de Aécio após ser acatado um pedido da defesa pela redistribuição do processo. "Serão analisados os extremos", disse.

O ministro ressaltou que, caso provocado pela PGR, poderá pedir esclarecimento ao Senado sobre o cumprimento da decisão que determinou o afastamento de Aécio das atividades parlamentares. (Folhapress)

MERCADO PARA HOJE

Cunha pede para adiar depoimento

Com depoimento marcado para as 11h desta quarta-feira (14) na Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, no âmbito do inquérito que investiga o presidente Michel Temer, o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ) pediu ao STF (Supremo Tribunal Federal) para adiar a oitiva. Cunha está preso na capital paranaense, condenado em março a 15 anos de prisão.

Segundo delatores da JBS, Cunha estava recebendo uma mesada na prisão para ficar em silêncio. Os repasses feitos pela JBS tinham o aval de Temer, de acordo com executi-

vos e donos do frigorífico. Tanto Temer como Cunha negam as acusações. A defesa de Cunha pediu nesta terça (13) ao ministro do STF Edson Fachin, responsável pelo inquérito sobre Temer, para ter acesso a toda a investigação pelo menos 48 horas antes de ele prestar depoimento - o que, na prática, é um pedido de adiamento da oitiva. Fachin ainda não decidiu sobre o pedido. Rodrigo Sánchez Rios, advogado de Cunha, afirmou à reportagem que o ex-deputado não se nega a falar, mas precisa conhecer o teor da investigação. (Folhapress)